

Múltiplas temporalidades nas cidades: entre a historiografia e a emergência do espaço urbano

Fernando Souto Dias Neto

Universidade Federal de Santa Maria
Santa Maria - Rio Grande do Sul - Brasil
fernando.neto@acad.ufsm.br

Erica Kirchhof Dias

Universidade Federal de Santa Maria
Santa Maria - Rio Grande do Sul - Brasil
arqericakd@gmail.com

Resumo: O presente estudo analisa o espaço urbano como síntese histórica estruturada por temporalidades sobrepostas, envolvendo práticas sociais, disputas simbólicas e formas de produção da experiência cidadina. A partir de abordagem historiográfica e análise interpretativa de fontes urbanas, articulam-se pressupostos da arquitetura, do urbanismo e das ações dos sujeitos, evidenciando significados, usos e tensionamentos que conformam a paisagem da cidade. Destaca-se o papel da memória coletiva nos processos de preservação, apagamento e ressignificação que atravessam tais espaços. Observa-se que a urbanização contemporânea, orientada por lógicas econômicas e dinâmicas aceleradas, contribui para o enfraquecimento dos usos públicos e das funções democráticas da vida urbana. Defende-se, por fim, a necessidade de leituras críticas e de políticas integradas que recuperem o potencial histórico, social e identitário dos espaços urbanos como lugares de convivência, memória e participação social.

Palavras-chave: Cidades. História. Urbanismo.

Considerações Iniciais

“Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte dele até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e abrir espaço, fazê-lo durar” (Ítalo Calvino, 1972)

Pensar o espaço urbano como ele se constitui no presente não é uma tarefa que demanda pouco esforço. Trabalhos podem versar sobre a análise de espaços específicos – com suas respectivas funcionalidades e relações que estabelecem com as populações que ali estão – e políticas que estabelecem, ou, ao menos tentam, uma conexão entre a população e a urbanização.

No entanto, pensar esses espaços, como emergem e se transformam, não se reduz a um movimento insólito, monolítico e sólido. Se em algum momento histórico, nos primórdios da civilização ocidental, era possível entender que não nos convém nos apoiar em modelos que classificam, categorizam e estabelecem limites ao pensamento, modo de vida, até o cotidiano dos sujeitos, hoje tais paradigmas se mostram limitantes.

Parece que as cidades, seu espaço, seus significados, seus traços de humanidade incorporam costumes, hábitos, estabelecendo, assim, relações com seus habitantes ou transeuntes e construindo ambientes – para habitar, interagir ou apreciar. Esse processo se desdobra em um contexto de aceleração do cotidiano, onde os sentidos significam e ressignifica a todo instante.

Se os escritos que estabelecem a conexão entre sujeitos, aqui, populações que exercem sua cidadania, e as formas de urbanismo, entendido como movimento de uma urbanidade, estabelecendo conexões entre arquitetura e paisagem construída, cabe pensar, refletir e problematizar tais relações. Para isso, é preciso recorrer a saberes consolidados, desde a historiografia até as funcionalidades arquitetônicas que emergiram em diferentes momentos.

As atividades daqueles que proferem essas palavras vão muito além do discurso pautado na forja de um saber estabelecido. Remetem, antes, a formas de pensamento que buscam evitar pensamentos engessados ao mesmo tempo não levar a crítica ao desmonte do que já está posto. Esses parecem ser alguns, entre tantos, dos desafios que se projeta, aplica e leva à população – questões que dizem respeito à promoção, interação e entendimento, propiciando a troca entre múltiplas temporalidades que coexistem no espaço urbano.

A emergência do espaço urbano em meio a um lugar de trânsito

Sob os auspícios da ordem, do sistema e da lei, as cidades se desenvolvem e podem prosperar mediante uma série de regramentos estabelecidos, administrados de modo a ocasionar a emergência de instituições. É nesses pressupostos que circula a questão do habitar: a *pólis*, como concebida pelos gregos e descrita na obra de Massimo Cacciari (2009) forja cidadãos, inseridos na cidade-lugar em meio a conflitos e tensões, onde se elaboram o cotidiano. Esse território, conforme Cacciari (2009), permite trocas de poderes, úteis para os seus, ou seja, ideias circulam num universo intangível e

imensurável, assim como a trocas de produtos, que materializam as necessidades das populações que vão se estabelecendo.

A configuração das paisagens urbanas parece ser possível com o avanço dos tempos. Segundo Edward Relph (1990), um conjunto de obras arquitetônicas configuram uma paisagem urbana, mas poucos casos de prédios e edificações representam um processo arquitetônico individualizado, passível de análise. Como materialização, tem-se os centros históricos, portanto, um conjunto de edificações que demonstram uma tendência, ou até mesmo estilo – dependendo da perspectiva adotada –, os quais aludem à identidade e traços de uma época do território. Contudo, como observa Angelo Serpa (2020, p. 123):

A busca por uma linguagem de “conciliação” entre planejadores e cidadãos exige uma posição menos confortável dos primeiros, que devem partir a campo, deixando de lado, mesmo que por alguns momentos, as pranchetas, as telas dos computadores e as estatísticas, para se ocuparem dos problemas reais cotidianos, vividos por aqueles para quem planejam; uma nova linguagem, baseada, sobretudo, na intersubjetividade das experiências urbanas e que pode revelar pontos comuns entre profissionais e leigos.

As relações estabelecidas entre o urbano – nas palavras de Maria Kohlsdorf (1996) ao falar sobre o conceito de cidade – consistem nessas relações de interdependência espacial, sejam trocas comerciais ou até mesmo postos de trabalho, reflexos de uma Revolução Industrial europeia, que até o tempo atual respinga em núcleos da América Latina. Entende-se a cidade como dependente dessas relações, às quais se associa ao campo, que, por si, é independente.

Segundo Camillo Sitte (1992), há uma remodelagem das práticas urbanas cotidianas e do espaço público nas cidades. Onde estariam tais mudanças? Verifica-se que há um confinamento das obras artísticas, como monumentos, esculturas, bustos, em relação à parte artística das cidades. Atrelado a isso, e que também reverbera na questão comunicacional, as notícias chegam até nós em ambientes privados, nossas casas, *smartphones*, televisores e, em poucos casos, pelo rádio, o que ocorre diante do avanço tecnológico. O espaço público deixa de ser aquele lugar de trocas e é apenas uma forma de ponto para nos abrir caminhos, além de um amontoado de edificações que disputam espaços. Há, paralelamente, uma desvalorização da arquitetura enquanto obra singular, identitária da edificação, sendo assim, a especulação de espaços toma conta da paisagem urbana. De acordo com Leonardo Benevolo (1991, p. 50):

A ordem da obra deve ser bastante similar à da mente para poder ser compreendida e muito dissimilar para desafiá-la. A mente deve reconhecer nela a conformação habitual da sua experiência já adquirida e, ao mesmo tempo, ser surpreendida por uma conformação diferente que vai enriquecer o patrimônio cultural e enfim – a uma velocidade enormemente mais baixa – o patrimônio genético.

Apesar de se didatizar os processos urbanos – desde os moldes impostos pelas exigências da força de trabalho humana, desde a Revolução industrial, e após as transformações no mundo do capital –, as cidades se tornaram funcionais. Essa funcionalidade ocorre tanto para o processo produtivo quanto para as trocas e relações entre os sujeitos que habitam ou que transitam nesses espaços. Também há marcas neles: do universo simbólico, na capacidade de reviver memórias de sujeitos, marcos e feitos históricos recentes ou não, mas que se tornam necessários ao estabelecimento entre o espaço que foi testemunho e aqueles que não viveram tais experiências.

Para Alois Riegl (2014), as formas de constituição dos espaços urbanos e suas relações com o meio, focalizando os monumentos, e o modo como servem como espaços de memória, são uma questão fundamental. Tal culto proposto pelo autor, vai ao encontro de elementos da eternidade, permanentes, que possam remeter à memória, cara a grupos inseridos em tal sociedade.

Nessa mesma via, entende-se que a monumentalização é um processo que, como dito anteriormente, se converte em culto, tornando-se um elemento demarcatório. A demarcação pode se referir a fatos, eventos e à constituição de uma paisagem urbana, e porque não a determinadas edificações, emergindo em meio à malha urbana e disputando espaços entre a população.

Dessa forma, parte-se da ideia de que as edificações, como materialidades arquitetônicas ou de um conjunto membro de uma paisagem urbana, por sua vez, servem para que se revise, por meio do monumento, a história que ali se desenvolve. Ademais, faz-se necessário a conciliação entre o espaço vivido e o ambiente que se construiu em torno dele.

O patrimônio como conciliação do espaço urbano

Como adiantado, são nos espaços urbanos que são forjadas as relações sociais, como se pode ver no diálogo e envolvimento entre os sujeitos. Desde a antiguidade, esses espaços eram onde acontecia a prática da cidadania, a troca e emergência de saberes, muitas vezes transmitidos pela oralidade.

Quanto às edificações, vale lembrar que muitos desses lugares vieram a se tornar espaços de memória, seja a cidade como um todo –o que acaba considerando suas funcionalidades –, ou por parte de sua população, tendo em vista grupos que possuem identificações entre si, costumes que os unem e até mesmo tradições que movimentam significados caros para os seus. Para Michel de Certeau (2014, p. 161),

Hoje, sejam quais forem os avatares desse conceito, temos de constatar que se, no discurso, a cidade serve de baliza ou marco totalizador e quase mítico para as estratégias socioeconômicas e políticas, a vida urbana deixa sempre mais remontar àquilo que o projeto urbanístico dela excluía. A linguagem do poder “se urbaniza”, mas a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico. A Cidade se torna o tema dominante dos legendários políticos, mas não é mais um campo de operações programadas controladas.

No entanto, para além de se pensar essa construção e a emergência dos lugares, também é necessário compreender o papel das memórias. Como se tornaram caras a esses grupos? Por que revivê-las? Há uma intencionalidade ao remorar, nestes espaços, eventos não vividos? A experiência proposta parece ser mais urgente quando a história posta como estudo, fruto da historiografia, e se utilizando do espaço urbano, é ameaçada, gerando apagamentos ou esquecimentos. Nesse contexto, a busca de uma inscrição e releitura, no exercício de uma constante escrita, parece cumprir um papel necessário contra e ante uma violência epistêmica de soterramento de memórias, refutando a história que nos é imposta.

Para Aleida Assmann (2011), os lugares de memória são carregados de um movimento potente ao ampliar memórias, como a capacidade de conjugar suas manifestações individuais e práticas coletivas. Ou seja, conforme a autora, a sua competência de estabelecer elos entre grupos acontece porque se conectam com o sentimento de pertencimento, ou por meio de laços que compartilham enquanto população de um lugar-comum – relações que, simultaneamente, adquirem significados e significações particulares para cada sujeito. Consoante Walter Benjamin (2017, p. 101),

E engana-se e priva-se do melhor quem se limitar a fazer o inventário dos achados e não for capaz de assinalar, no terreno do presente, o lugar exato em que guarda as coisas do passado. Assim, o trabalho da verdadeira recordação [Erinnerung] deve ser menos o de um relatório, e mais o da indicação exata do lugar onde o investigador se apoderou dessas recordações.

A memória, mesmo que individual, conecta-se com uma coletividade, por meio de traços que emergem de uma memória coletiva. Porém, a sobreposição de elementos que

remetem ao passado, além dos litígios envolvidos nas suas disputas, podem corroborar e gerar consequências na escrita da história. Para Paul Ricouer (2023), a memória que estabelece um elo entre o que é individual e coletivo, ou seja, tal elo é conectado por um conceito de tradição, quando sujeitos se percebem enquanto pertencentes a um grupo, por suas práticas nesses espaços urbanos, mas que não necessariamente são individualizados. Com esse cenário, para Fernando Catroga (2015, p. 57),

[...]desmemorização que resultaram do alargamento do uso da escrita e do decréscimo do papel intuitivo do rito, é óbvio que a primeira alteração ocorreu ao nível da transmissão cultural: a oralidade perdeu o exclusivo, mudança que desvitalizou a dimensão colectiva e convival da partilha da memória e lhe trouxe uma mediação mais racionalizada, pois o escrever e o ler exigem atitudes bem distintas das do dizer e do ouvir.

A ideia de espaço urbano talvez possa vir a ser um lugar de mediação entre os sujeitos, por meio de uma troca coletiva de suas próprias experiências, narrativas, ideias, e, por que não, saberes. Na busca de entendimento daquilo que é construído, a arquitetura reflete uma época, que passou e que não passa, que coexiste com aquilo que está por vir. Por sua vez, esse movimento pode servir como rememoração, em que os habitantes acompanham as transformações através dos tempos, juntamente com o que o tempo deixa para trás, mas que ainda se faz presente.

As cidades são muito além do que nelas está edificado e construído; sua funcionalidade não reside apenas no habitar, elas servem, também, para promover um acervo de monumentos, de edificações, de obras que remetem a um saber. Essa atmosfera construída, por vezes, passa despercebida pelos transeuntes. No entanto, servem como testemunho de uma história local, que pode para muitos estar adormecida, abrindo a possibilidade de se buscar compreender o processo urbano como um elo com as temporalidades.

A historiografia se conectando ao espaço urbano

Quando se compreende o espaço urbano não apenas como um ambiente materializado, mas também como um lugar de movimentos intangíveis, de memórias, significados e significações, de tradições e saberes, remete-se também à leitura e escrita de narrativas daqueles que por ali passaram.

O documento/monumento no início do século XX será fundamentado pelo fato histórico, atrelado à intencionalidade de escolha do historiador e sucessivamente de sua

apresentação como um testemunho de história. De maneira objetiva, ainda diante das palavras de Jacques Le Goff (2021), a fonte – neste caso, o monumento – viria a se opor à intencionalidade, pois o monumento se afirma por meio dos testemunhos escritos.

Nas palavras de Le Goff (2021), o que se pode aferir é a potência dessa materialidade, que se conecta a valores coletivos, ou seja, essa paisagem construída se potencializa quanto à conotação de significados, configurando um testemunho de épocas em que esteve ali presente. Como vereda que se abre no movimento da pesquisa historiográfica, os testemunhos da paisagem urbana podem reforçar ou dismantelar os escritos historiográficos. Sobre isso Jeanne Marie Gagnebin (2006, p. 97) justifica:

[...]porque não estamos mais inseridos em uma tradição de memória viva, oral, comunitária e coletiva, como dizia Maurice Halbwachs, e temos o sentimento tão forte de caducidade das existências e das obras humanas, que precisamos inventar estratégias de conservação e mecanismos de lembrança.

Predominantemente, quanto à questão do trabalho com a historiografia, não raro, os estudos primam pelas fontes materiais, cuja imaterialidade, seja pela oralidade ou pelas narrativas, em muitos momentos surgem como elementos intangíveis, que podem se materializar nos estudos. Outra maneira de se buscar a contemplação de novas abordagens, a questão dos ambientes, histórias, lugares privados, é primar pelo coletivo. Ainda citando Jeanne Marie Gagnebin (2013, p. 59) sobre isso:

[...]os valores individuais e privados substituem cada vez mais a crença em certezas coletivas, mesmo se estas não são nem fundamentalmente criticadas nem rejeitadas. A história de si vai, pouco a pouco, preencher o papel deixado vago pela história comum (são os inícios da psicanálise, poderíamos acrescentar). Benjamin situa neste contexto o surgimento de um novo conceito de experiência, em oposição àquele de *Erfahrung* (Experiência), o do *Erlebnis* (Vivência), que reenvia à vida do indivíduo particular, na sua inefável preciosidade, mas também na sua solidão.

Parece haver uma forma de diálogo entre o que está posto como ambiente construído – arquitetura, urbanismo – e, por consequência, as diferentes formas de se forjar a cidade. Desse mesmo diálogo emergem narrativas, significações e espaços caros para grupos sociais. “Nos lugares da vida cotidiana, inúmeras imagens nos convidam a comportamentos, nos sugerem coisas, nos exortam aos deveres, nos convidam a fazer, nos impõem proibições, nos solicitam de diversas maneiras” (Rossi, 2010, p. 23).

Dessa forma, o que se pode entender a partir do conjunto de elementos que desenham uma cidade como espaço de memória, além de suas características que forjam o urbano, não há como se desconectar do papel do sujeito como agente do processo. Seja

no interior ou no exterior, na articulação entre espaços coletivos ou individuais, conforme Pedro Paulo Palazzo (2012, p. 198) afirma,

Representar a espacialidade interior é, por sinal, um modo bastante trivial de a fachada transmitir informações sobre um edifício. Mais relevante é apresentar seu caráter, ou seja, descrever sucintamente a natureza do edifício: sua função, seus pressupostos ideológicos, suas intenções estéticas.

Portanto, a leitura historiográfica e o espaço urbano podem estar aliados, desde que conjuguem e remetam aos sujeitos que nela estão inseridos. Perpassam-se questões que conectam espaços comuns, considerando trocas que elaboram o cotidiano, o que pode reconstruí-lo e revisitar o passado.

Segundo Almir de Oliveira (2022), há questões densas e de extrema relevância acerca do papel assumido pelos arquitetos como uma nova subjetividade. Trata-se de demonstrar através do patrimônio uma prática social que abrange as diretrizes e direções tomadas pelas edificações e sua preservação. Esse movimento, inserido na transição da década de 1920 e 1930, estabeleceu os rumos dessa atmosfera construída, visando uma salvaguarda que protegesse o saber em detrimento do mercado imobiliário.

Contudo, a arquitetura, quando conjugada ao patrimônio, pode estabelecer um movimento de memória capaz de criar dispositivos que remetem a tempos, compartilhando o mesmo espaço. Dessa forma, permite à população estabelecer relações de comunicação, informação e um diálogo educativo. É o que as palavras de Giselle Beiguelman (2016) nos levam a refletir, ou seja, sobre a capacidade dos ambientes monumentalizados de contar a história que está a sua volta.

Nas palavras de Francisco Franco (p. 117, 2019),

[...]as paisagens do espaço urbano fazem parte do dia a dia das pessoas, com suas funções, arquitetura, plantas, estética, cores, formas etc., estabelecem uma relação com os cidadãos, que em muitas circunstâncias e por diversos motivos nem sempre fazem uma leitura quanto sua representatividade, sua materialidade e sua interferência e/ou harmonia com o entorno, as experiências e os sentimentos que remetem, sua relevância como espaço de vivências e práticas sociais, o sentido histórico da memória de uma comunidade etc.

Essas são algumas das formas de se conjugar a leitura e a compreensão de memórias que se circunscrevem na escrita da história. Os diferentes modos de revisitar a arquitetura das cidades passam a considerar o que foi feito, com quais objetivos e de que maneira, além de como a população ressignifica e se apropria dos espaços. Na maioria dos casos, salvo alguns, é na coletividade que se valoriza a individualização dos lugares

construídos. Por outro lado, é na coletividade, no compartilhamento dos espaços que se busca a possibilidade de sentidos coletivos, produzidos por tais edificações que emergem no espaço urbano.

Estabelecendo elos com a paisagem urbana

De certa forma, com o passar do tempo, o mundo e as relações sociais passaram a ser permeadas por jogos de poder e hierarquias – dependendo do modo e das referências que se adota –, mas o campo das cidades acaba por gerar conexões. Conforme Ítalo Calvino (1990), essas mudanças acabam em regimes de invisibilidade, sob os quais emergem as relações entre sujeitos, mesmo que de modo um tanto quanto individualizado, a partir da experiência entrelaçada do desejo, da memória e, enfim, das vivências nos espaços.

Henry Lefebvre (1991), ao abordar questões do urbanismo, destaca seu aspecto ideologizante, o que remete às múltiplas realidades urbanas. De certa forma, as percepções ligadas a esse cenário envolvem elementos muitas vezes mal compreendidos, ou seja, a cidade como entidade, levando à compreensão de que se trata e um fenômeno social. Aos poucos o autor propõe uma forma de se observar o espaço urbano, não apenas de modo superficial, mas discutindo racionalidade e prática social.

A princípio, o espaço urbano combina uma série de atributos, o modo como a população habita, o espaço de trânsito entre localidades, que, por sua vez, desenham o cotidiano da multiplicidade de sujeitos que por ali passam. Já não nos faz mais sentido olhar para as cidades conforme o passado, hoje, a cidade se ressignificou e seu estilo de vida foi reinventado, em decorrência do tempo, da velocidade, da atualização, entre outros aspectos.

Para Sarah Feldman (2001), as legislações que promoveram um modo urbanístico das cidades compõem uma série de transformações, a partir de um instrumento que visa o meio, a fim de atingir uma meta. Metas estas que, desde a transformação do território brasileiro, estão ligadas à questão de povoamento, distribuição da população e o desenvolvimento de regiões específicas. Contudo, analisando de maneira um tanto quanto superficial, ocorre que elas são modeladas e até mesmos ajustados conforme as necessidades do Estado, ou seja, responde a uma série de políticas que visam atender demandas da macroestrutura.

Em relação à memória coletiva, Maurice Halbwachs (1990, p. 134), parte da seguinte premissa:

É preciso antes de tudo considerar que os habitantes são levados a prestar uma atenção muito desigual àquilo que chamamos o aspecto material da cidade, ainda que a maioria, sem dúvida, seria bem mais sensível ao desaparecimento de tal rua, de tal edifício, de tal casa do que aos acontecimentos nacionais, religiosos, políticos mais graves.

Nessa esteira de pensamento, o foco passa a ser justamente a maneira como esses sujeitos, instalados nesses espaços urbanos, conseguem se conectar a essa atmosfera, considerando que uma cidade guarda diferentes gerações, diferentes temporalidades que se conectam, além de múltiplas racionalidades.

Nas palavras de Charles Monteiro (2012), os espaços urbanos que configuram cidades passariam a ser pouco tensionados. A partir da historicização desses lugares, tem-se uma analogia ao modelo de cidade ocidental, em particular, a Grécia Antiga, pólis, que vem a reverberar os alicerces que predominam, moldes da civilização ocidental. Esse espaço que se tensiona, ao se conectar com os regimes do presente, num urbanismo contemporâneo, parece se distanciar da sua função.

Quando as análises se voltam à pólis como um espaço de discussão, deliberação e exposição de ideias, do debate e da obtenção de informações e conhecimento, para que se elabore e consolide diferentes saberes, que se convertem em uma racionalidade ao seu tempo, é no tempo presente que parece se instaurar uma nova questão sobre as cidades. A questão de publicização se torna cada vez mais escassa e aquelas que tangem o espaço de trocas se confinaram em espaços restritos.

O trabalho de Valéria Ferreira (2008) e suas discussões sobre os habitantes das cidades, dos mais antigos aos mais novos, afirmam que pode haver um conflito de ideias por significações. O que se pode observar em seu trabalho é justamente os olhares que se configuram em diferentes temporalidades, sob modos distintos, e que ali compartilham de um mesmo espaço. Contudo, ao atribuir sentidos à população, o que independente do nicho em questão, acaba conjugando diferentes grupos. Por fim, o que o espaço em questão se propõe a entregar, visando gerar conexões, aquilo que Sarah Feldman (2021) explana:

Ao espaço urbano que circulava o bem protegido foi atribuído o papel de coadjuvante, a quem cabia “monumentalizar” o monumento. Seu valor era atribuído pela proximidade, o que determinava o controle de sua transformação. [...]. O controle das transformações das cidades, os contrastes entre passado e presente nos centros e nas edificações são também

objeto de debate, decisões e experiências entre os estudiosos e profissionais do campo do urbanismo desde o final do século XIX.

Existiria algum espaço, público, compartilhado, onde essas trocas ocorressem de modo a promover uma conexão entre população e espaço urbano? Ou mesmo nessa dinâmica, permeada por um consumo desenfreado – não apenas daquilo que é material –, considerando tradições, costumes e o universo do simbólico, para se sobrepor umas sobre as outras? Essas são algumas das interrogações que se podem ser levantadas.

Considerações Finais

Como fechamento parcial deste breve estudo –que articula uma perspectiva crítica e empírica sobre o espaço urbano – logo é possível perceber que em alguns casos as cidades ainda mantêm um espaço de lutas, mas, predominantemente, adquirem um estatuto mercadológico, passando a ser alvo de especulações do próprio mercado de consumo. Quanto às relações de troca, sejam elas materiais ou manifestações imateriais, as cidades vão se deslocando suas significações como espaço de emergência do cotidiano.

Espaços que antes eram palco de luta, manifestações, debates e embates, foram se transformando em locais para habitação. À medida que se adaptavam ao avanço e velocidade das temporalidades, fizeram-se necessárias políticas públicas, que, no entanto, não deram conta desses abismos que surgiram.

Quanto à monumentalização e à própria arquitetura proposta pelos novos projetos que são postos em execução, não em poucas exceções, o espaço público acaba expulsando e até mesmo excluindo a maior parte da população. Para a necessidade da escrita deste trabalho, se volta para a necessidade de se reler e reescrever nas e sobre as cidades, portanto possibilitando a promoção de novas formas de inserção nesses espaços públicos.

Há uma série de significados, bem como práticas coletivas que ocorreram, e até ocorrem, possivelmente podendo emergirem entre outras, porém se não houver a possibilidade de gerar lucro financeiro, político e até mesmo social, se torna inviável a emergência de políticas públicas, e até mesmo a busca por ocupação desses lugares com os quais possuem densas conotações. Após esses movimentos se acredita haver possibilidades para se abrir o espaço público, compartilhá-lo através da população, de maneira que não seja apenas para especulação, mas que retorne as formas que se forjam ao longo dos tempos.

Ao decorrer deste estudo, propomos um incentivo à ponderação afim de ampliação acerca deste tema um estímulo a reflexão sobre o papel e a importância da arquitetura em articular e promover a conexão dos sujeitos a esses espaços urbanos, e/ou históricos de uma cidade, uma vez que refletem a cultura de um povo e de época.

Reiterando sobre a ideia do estilo de vida contemporâneo, focalizado na individualização, a arquitetura cada vez mais vem sendo produzida para atender as necessidades de consumo e demandas urgentes desde o modo de habitar, nos padrões de moradia, trabalho e até mesmo de atividades de lazer e recreação. A partir desses modelos atuais, é perceptível a segregação dos espaços públicos, principalmente no que diz respeito aos centros históricos urbanos.

Visto que já foram protagonistas, esses cenários urbanos de relevância foram, no passado, palcos de marcos históricos, hoje muitas vezes esquecidos e abandonados, que certa vez testemunharam desenvolvimento e mudanças urbanas ao longo do tempo. Por outrora, os lugares se converteram em esquecimento de eventos e momentos, logo que se subsidiaram fatos históricos, independente da região e lugar que se enunciaram. Estes movimentos vêm a corroborar com uma escrita da história, e até mesmo narrativa, ou seja, aquilo que se materializa - podendo ser desde a arquitetura, o próprio urbanismo - conta sobre este espaço, em suma edificado e monumentalizado.

São nesses campos, aqui se referindo às cidades, que se estabelecem disputas, e até mesmo batalhas, desde ideológicas, de racionalidades, mentalidades por ora corroborando para a configuração de sujeitos, que carregam essa identidade, na qual se refere ao lugar que estão inseridos. O que aqui se propõem é a maneira como se desenvolve o espaço, habitado, de trânsito, e que se moldou pelas formas com que se deu o mundo do trabalho. Em tempo, a paisagem cultural e social está em transformação, o que expulsa, e até mesmo agrega, diferentes grupos que são movidos pelos seus diversos interesses, desde individuais ou coletivos.

No campo da arquitetura, pode-se destacar a potência de um movimento capaz de gerar conexão entre as cidades e as pessoas e ainda a valorização histórico-cultural e identidade local. Uma narrativa história entre o passado que exprime a história e o tempo presente deve rememorar e conectar o elo do passado com o presente, não apenas para turistas e visitantes, mas atribuir seja através da preservação do patrimônio com suas adequações do tempo presente ou até mesmo conceder função social de modo a ressignificar pertencimento a comunidade local e moradores para ocuparem, vivenciarem estes espaços e sintam-se pertencentes ao meio e essa história.

Para não concluir, a cidade, em tempo, não vem a ser um conceito, e tão pouco estar diretamente ligado à conexão com cidadania. Dessa forma, se passa a pensar o espaço e o urbano não apenas direcionado ao papel do lugar enquanto edificado e construído, mas que possa conectar e inserir os sujeitos, os mesmos como agentes que configuram essas práticas em espaços públicos.

MULTIPLE TEMPORALITIES IN CITIES: BETWEEN HISTORIOGRAPHY AND THE EMERGENCE OF THE URBAN SPACE

Abstract: This study analyzes urban space as a historical synthesis shaped by overlapping temporalities that encompass social practices, symbolic disputes, and ways of producing the urban experience. It articulates assumptions of architecture, urbanism, and human action, revealing dimensions that give rise to meanings, uses, and tensions within the urban landscape. It emphasizes the role of collective memory in the processes of preservation, erasure, and re-signification that permeate these spaces. Contemporary urbanization, marked by economic logic and accelerated dynamics, contributes to the weakening of public uses and democratic functions of the city. Ultimately, the study advocates critical interpretations and integrated policies capable of restoring the historical, social, and identity potential of urban spaces as places of memory, social interaction, and citizen participation.

Keywords: Cities. History. Urbanism.

TEMPORALIDADES MÚLTIPLES EN LAS CIUDADES: ENTRE LA HISTORIOGRAFÍA Y LA EMERGÊNCIA DELSPACIO URBANO

Resumen: El presente estudio analiza el espacio urbano como síntesis histórica estructurada por temporalidades superpuestas, que involucran prácticas sociales, disputas simbólicas y formas de producción de la experiencia ciudadina. A partir de un enfoque historiográfico y un análisis interpretativo de fuentes urbanas, se articulan supuestos de la arquitectura, el urbanismo y las acciones de los sujetos, poniendo de manifiesto significados, usos y tensiones que conforman el paisaje de la ciudad. Destaca el papel de la memoria colectiva en los procesos de preservación, borrado y resignificación que atraviesan dichos espacios. Se observa que la urbanización contemporánea, orientada por lógicas económicas y dinámicas aceleradas, contribuye al debilitamiento de los usos públicos y las funciones democráticas de la vida urbana. Por último, se defiende la necesidad de lecturas críticas y políticas integradas que recuperen el potencial histórico, social e identitario de los espacios urbanos como lugares de convivencia, memoria y participación social.

Palabras-clave: Ciudades. Historia. Urbanismo.

Referências

ASSMANN, Aleida. **Espaços de recordação:** formas e transformação da memória cultural. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

BEIGUELMAN, Giselle. **Da cidade interativa às memórias corrompidas: arte, design e patrimônio histórico na cultura urbana contemporânea**. 2016. 303f. Tese (Doutorado em livre-docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2016.

BENEVOLO, Leonardo. **A cidade e o arquiteto**. São Paulo, SP: Editora Perspectiva, 1991.

BENJAMIN, Walter. **Imagens de pensamento: sobre o haxixe e outras drogas**. São Paulo, SP: Autêntica, 2013.

CACCIARI, Massimo. **A cidade**. Barcelona: Gustavo Gili, 2009.

CALVINO, Ítalo. **Cidades Invisíveis**. Rio de Janeiro, RJ: Companhia das Letras, 1990.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2015.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FELDMAN, Sarah. **Avanços e limites: na historiografia da legislação urbanística no Brasil**. Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais, v. 33, n. 4, 2001.

FELDMAN, Sarah. Patrimônio e Cidade. In: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (org.). **Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2021. p. 55-58.

FERREIRA, Valéria Milena Röhrich. **Tecendo uma cidade modelar: relações entre currículo, educação e projeto da cidade de Curitiba na década de 1990**. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

FRANCO, Francisco Carlos. **Educação, patrimônio e cultura local: concepções e perspectivas pedagógicas**. Curitiba: CRV, 2019.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar Escrever Esquecer**. São Paulo, SP: Ed. 34, 2006

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo, SP: Editora Perspectiva, 2013.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo, SP: Vértice, 1990.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A apreensão da forma da cidade**. Brasília, DF: Ed. UnB, 1996

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo, SP: Moraes, 1991.

LE GOFF, Jacques. **História & memória**. 7. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

MONTEIRO, Charles. **Entre história urbana e história da cidade: questões e debates**. Oficina do Historiador, v. 5, n. 1, 2012.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. O aprendizado da história por meio do patrimônio cultural. **Interações**, Campo Grande, v. 23, n. 1, p. 19-33, jan./mar. 2022.

PALAZZO, Pedro Paulo. Patrimônio edificado e ideologia modernista: problemas de intervenção em sítios históricos degradados. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos (org.). **Patrimônio cultural: políticas e perspectivas da preservação no Brasil**. Higienópolis, RJ: Editora MAUAD X, 2012. p. 191-204.

RELPH, Edward. **A paisagem urbana moderna**. Niterói, RJ: Edições 70, 1990.

RICOUER, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem**. 1 ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 2014.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios a história das ideias**. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2010.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo, SP: Contexto, 2020.

SITTE, Camillo. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo, SP: Editora Ática, 1992

SOBRE OS AUTORES

Fernando Souto Dias Neto é doutorando em História pela Universidade Federal de Santa Maria (PPGH/UFSM); bolsista CAPES/DS.

Erica Kirchhof Dias é mestranda em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo pela Universidade Federal de Santa Maria (PPGAUP/UFSM).

Enviado em 31/07/2025

Aceito em 25/11/2025